

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DENTRO DO CONTEXTO INCLUSIVO: UM ESTUDO COM ESTUDANTES SURDOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE MAUÉS

Josiane dos Santos Araujo¹
(Acadêmica)

Francisca Keila de Freitas Amoedo²
(Orientadora)

RESUMO

Este artigo se propõe investigar a prática pedagógica do professor de língua portuguesa dentro do contexto inclusivo, partindo de um estudo com estudantes surdos do ensino médio de uma escola estadual do município de Maués. A pesquisa surgiu do questionamento: como é a prática pedagógica do professor de língua portuguesa dentro do contexto inclusivo partindo dos estudos realizados com estudantes surdos do ensino médio de Maués? Foram traçados os objetivos com base nas observações durante o período de estágio. Partindo dessa realidade o artigo traz contribuições importantes de autores como Edmarcius Carvalho Novaes, Patrícia Fontinel Trevisan & Júlio Carregari, e Edilene Aparecida Ropoli. O percurso metodológico utilizado partiu de uma pesquisa de campo com abordagem hipotético-dedutivo. Contudo, este artigo traz uma pesquisa que contribuirá para outras pesquisas e para a sociedade em geral, visto que os estudantes surdos não podem ser esquecidos e nem excluídos do contexto educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Prática pedagógica. Ensino médio. Estudantes surdo.

¹ Graduanda do curso de licenciatura em letras do Núcleo de ensino superior de Maués. E-mail;

² Mestra do Programa de Pós-Graduação e Educação e Ensino e Ciências a Amazônia 2015. Possui graduação em PEAGOGIA. Pós-Graduação em: Psicopedagogia, Educação Inclusiva e Libras. Atualmente é professora Efetiva a Universidade o Estado o Amazonas, pertencente ao colegiado e pedagogia com as disciplinas: psicologia a Educação, Psicologia a Aprendizagem, Psicologia Geral e a Personalidade, Ed. Especial e Libras. Tem experiência na área da Educação, com ênfase na educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Inclusiva, Libras, educação Sociedade e Cultura. Parintins. E-mail: keilamoedo@hotmail.com

ABSTRACT:

This article if proposes investigate the practice pedagogical of the teacher of language portuguese inside of the context inclusive, starting of a study with students deaf of the teaching average of a school state of the municipality of maués. The research emerged of the questioning: as is the practice pedagogical of the teacher of language portuguese inside of the context inclusive starting of the studies carried out with students deaf of the teaching average of maués? Were tracings the goals with basis in the observations during the period of internship. Starting of this reality the article brings contributions important of authors as edmarcius oak novaes, patrician fontinel trevisan & julius carregari, and edilene appeared ropoli. The route methodological used departed of a research of field with approach hypothetical-deductive. However, this article brings a research that will contribute for others research and for the society in general, visa that the students deaf not can be forgotten and neither excluded of the context educational.

Key words: practice pedagogical, Teaching average, Students deaf,

INTRODUÇÃO:

A temática a ser apresentada traz como foco a prática pedagógica do professor no contexto inclusivo do qual muito tem se discutido atualmente, especialmente no que se refere aos professores de língua portuguesa que acabam vendo no estudante surdo um estrangeiro dentro da sala de aula pelo fato do mesmo utilizar uma língua que não é o português e sim a libras.

Na realidade que os estudantes surdos vivenciam não surgiu agora, pois se formos pesquisar o contexto histórico, os surdos sofreram muito para conseguirem sua identidade, seus direitos e inclusão no contexto escolar, os quais conforme a legislação estabelece que estudantes surdos sejam incluídos no âmbito educacional regular, porém existem muitos desafios ainda para que se propague com eficácia esse processo.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo investigar a prática pedagógica do professor de língua portuguesa dentro do contexto inclusivo, partindo de uma estudo com estudantes surdos do ensino médio de uma escola estadual do município de Maués,

temos ainda enquanto objetivos específicos: mapear quantos estudantes surdos estão matriculados no ensino médio na rede regular de ensino na cidade de Maués; verificar a prática pedagógica dos professores de língua portuguesa que ministram aulas para estudantes surdos e, apresentar através das práticas pedagógicas do professor de língua portuguesa do ensino médio as dificuldades e/ou barreiras para ensinar estudantes surdos.

A pesquisa será de grande importância tanto para os estudantes surdos quanto para os professores de língua portuguesa em formação, como para contribuir com futuras pesquisas sobre a temática que envolve a prática pedagógica para os novos professores. A temática nos remete a problemática que surge como inquietação em saber como é a prática pedagógica do professor de língua portuguesa dentro do contexto inclusivo partindo dos estudos realizados com estudantes surdos do ensino médio de uma escola estadual do município de Maués?

Partindo dessa problemática foram traçados os objetivos que surgem a partir de inquietações observadas durante o período de estágio e que nos fez lembrar sobre as aulas de Psicologia da Aprendizagem e libras, que a turma de Letras do ano de 2019 no decorrer do curso e que trouxe um panorama deste processo inclusivo no contexto regular, considerando que a inclusão faz o contato das diferenças entre grupos de pessoas, mas que muitas vezes há indiferença com aquelas pessoas com necessidades especiais, ou que às vezes a escola não favorece um ambiente para atender às necessidades desses estudantes surdos.

Por conseguinte, este artigo traz a pesquisa que contribuirá para outras pesquisas que já foram feitas, e para sociedade em geral; e principalmente para os moradores da cidade de Maués, em que muitos desconhecem sobre a inclusão dos alunos surdos dentro do contexto escolar considerando a prática pedagógica docente do professor de língua portuguesa, visto que os estudantes surdos não podem ser esquecidos e nem excluídos do contexto educacional.

CONHECENDO A HISTÓRIA DO SURDO

No decorrer da história, os surdos enfrentaram muitas lutas para conseguirem sua identidade. Antigamente os surdos eram vistos como seres sem valor nenhum, eram então lançados ao mar pelos chineses, sacrificados aos deuses e lançados de cima dos rochedos em Esparta. Os surdos eram considerados por Aristóteles como pessoas incapazes de raciocinar, com isso os surdos na Grécia não tinham acesso a educação e não tinham direitos na sociedade, e muitas vezes eram condenados a morte como os deficientes mentais, além dos próprios doentes daquela época. No entanto, Sócrates declarou que era possível os surdos se comunicarem com as mãos e o corpo. Palma (2012) no diz que:

Na Antiguidade os chineses lançavam-nos ao mar, os gauleses sacrificavam-nos aos deuses Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os surdos eram encarados como seres incompetentes. Aristóteles ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença, comum na época, fazia com que, na Grécia, os surdos fossem marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e que muitas vezes fossem condenados à morte. No entanto, em 360 a.C. Sócrates, declarou que era aceitável que os surdos comunicassem com as mãos e o corpo (p.06).

A partir do fim da Idade Média e início do Renascimento a questão da deficiência foi analisada com olhar médico e científico, momento em que a perspectiva religiosa, passando para a razão, e pela primeira vez a surdez foi diferenciada de mudez, deixando-se assim de ser designação do surdo a expressão surda e mudo.

E partindo de discussões sobre as pessoas surdas fossem trabalhadas no âmbito educacional, o Estado Brasileiro, então criou órgãos voltados para atender as pessoas com necessidades especiais. Então, a partir da Constituição do ano de 1988 e do Estatuto da criança e do Adolescente, as pessoas com necessidades especiais passaram a ter direitos principalmente a educação.

Em meio às discussões acerca da adoção de uma abordagem educacional para se trabalhar com o surdo, o Estado Brasileiro cria órgãos voltados para o atendimento de pessoas com “necessidades especiais”. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, os direitos das pessoas com necessidades, foram estipulados, passando

estes a ser sujeitos de direitos, inclusive a educação. (OLIVEIRA, Naiana, p.09)

Contudo, a Constituição Federativa do Brasil, de 1998, define no artigo 208, que o atendimento às pessoas deficientes devem ser de preferência no ensino regular, e conforme a Lei das Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, propôs que a educação na escola seja a mais integrada possível, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, com professores capacitados para trabalhar com esses estudantes, tendo como apoio professores intérprete, com serviços de apoio a esses alunos surdos. Como podemos ver no artigo de SILVA

Com relação à inclusão de alunos com necessidades especiais, a Constituição Federativa do Brasil de 1998, artigo 208, define que o atendimento aos deficientes deve ser dado, preferencialmente, na rede regular de ensino. Além disso, a Lei de diretrizes e Bases (LDB), de 1996 (BRASIL, 1996), também prevê que a educação seja a mais integrada possível, propondo a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. E segundo Brasil (2002), as escolas devem oferecer em sua organização, 1 Atividades em classe comum: com professores capacitados para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; com apoio de professor de Educação Especial e, se for o caso, do intérprete de LIBRAS Língua Portuguesa, em concordância com o projeto pedagógico da instituição; Serviços de apo especializado, complementando também em salas de recursos, em turno diverso, em classes hospitalares, no atendimento domiciliar, ou outros espaços definidos pelo sistema de ensino. (p.13)

Apesar de várias leis atribuídas a inclusão de estudantes surdos no ensino regular, não bastou para as escolas aceitarem as matrículas dessas pessoas surdas, mas que sejam atendidas a suas necessidades, com reconhecimento a importância de preparação de professores para atender a inclusão dos alunos surdos no contexto escolar, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, n .9394 96) estabelece. As crianças surdas têm acesso à matrícula, mas muitas vezes não tem acesso a todos os direitos dentro da escola, e devido os professores não estarem preparados para atender esses alunos como também pela falta de intérpretes e metodologias que favoreçam essas pessoas surdas.

Deste modo, a inclusão vem a ser uma proposta para as escolas, para mostrar igualdade entre os indivíduos, porém nem tanto satisfatória para com as pessoas com necessidades especiais que merecem condições favoráveis para sua aprendizagem, o que muitas vezes a escola não está apropriada.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém nem necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA 2006)

Portanto, é dever da escola ser inclusiva, propor métodos que venham trazer aos estudantes surdos o desenvolvimento na sua aprendizagem, junto aos alunos ouvintes, tornando-se um local de aprendizagem para todos.

O PROCESSO EDUCACIONAL DO SURDO

No ano de 1880, ocorreu em Milão o Congresso de professores de surdos, para definirem qual o método melhor para utilizar na educação para surdos. E por maior votação o oralismo foi escolhido como o método para ensinar estudantes surdos, pois através do método oral, eles acreditavam que os surdos pudessem desenvolver a fala como os ouvintes. Segundo CARVALHO (2014)

Na prática do oralismo, o objetivo é aproximar o surdo na forma máxima possível do modelo ouvinte, por meio da aprendizagem da língua, sendo esta analisada como instrumento de integração social e de aprendizado global e da comunicação. Sua proposta incide sobre a “recuperação” da pessoa surda, denominada de “deficiente auditivo”, seguindo critérios clínicos. (p.47)

Com o vencimento do método oral, no Congresso em Milão, foi então proibida a língua de sinais em vários países, inclusive no Brasil, pois se acreditava que a língua de sinais poderia destruir a oralização das crianças surdas, pois o método oral era visto “como única possibilidade linguística o uso da voz e a leitura labial, tanto na vida social, como na escola” (Alvez,2010, p.7).

Porém o método oral, não trouxe resultados bons no processo educacional dos surdos, segundo Alves (2010) as propostas educacionais, baseadas no oralismo, não conseguiram atingir resultados satisfatórios, porque foi normalizada as diferenças não aceitando a língua de sinais e centrando nos processos educacionais na visão da reabilitação e naturalização biológica. Assim surgiu um novo método aceito para a educação dos surdos, a *Comunicação Total*, que aceitou todo e qualquer recurso que viesse possibilitar o aprendizado da comunicação, como a linguagem gestual, visual, textos orais e escritos, assim como também a questão da interação com outras pessoas. Porém esse método não trouxe avanços na educação de surdos, pois não possibilitou “um desenvolvimento satisfatório e esses alunos continuavam segregados, permanecendo em seus guetos, ou seja, marginalizados, excluídos do contexto maior da sociedade.

No Brasil, no dia 24 de abril de 2004, foi oficializada o conceito de LIBRAS, na Lei n.º 10.436, como a forma de comunicação visual-motora, e estrutura gramatical própria, que constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (CARVALHO, 2014, p.49).

Através de estudos sobre um método que viesse trazer o desenvolvimento na educação dos surdos, surgiu então o bilinguismo, no qual o surdo deve ter como língua materna, a língua de sinais; e como sua segunda língua, a do país em que vive, pois, o bilinguismo defende que é a língua que trás o desenvolvimento das pessoas por propiciar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, bem como seus pares, além de desempenhar também o suporte do desenvolvimento cognitivo.

Porém a língua oral, não é capaz de trazer tantos benefícios na educação de surdos, como o bilinguismo. Segundo Carvalho apud Bernardino, 2014:

O bilingüismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visualizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções lingüísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como o aprendizado da língua oral. (CARVALHO apud BERNARDINO, p.48)

Com isso no dia 22 de dezembro de 2005, foi decretada a Lei n.º 5.626, no qual determina que “as instituições de ensino responsáveis pela educação básica devem

garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio de organização de escolas e classes de educação com a presença de intérpretes de LIBRAS. Portanto a inclusão de estudantes surdos precisa não só ser algo decretado por lei, mas que possam ser vistos como pessoas capazes de adquirir conhecimentos, e que fazem parte da sociedade, então as práticas exercidas com essa clientela precisam ser inclusivas e não excludente.

OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTUDANTES SURDOS

O aprendizado da Língua Portuguesa é de grande importância para os estudantes surdos, porém os professores de Língua Portuguesa se deparam com situações desafiadoras para o ensino da Língua Portuguesa, justamente por esses educadores não serem treinados e capacitados para atender a demanda de Estudantes surdos no contexto escolar.

Assim, no Brasil o ensino da Língua Portuguesa para os estudantes surdos ainda se encontra insuficiente. Muitos professores ao chegarem na sala de aula, se deparam com esses estudantes que precisam de um ensino diferenciado dos ouvintes, que acaba por se tornar um desafio, e até mesmo pelo não conhecimento de como trabalhar com essa clientela de alunos, fazendo com que a aprendizagem da Língua Portuguesa se torne mais difícil. Como podemos ver no artigo de, CRISTIANE,2012:

O ensino de português para surdos ainda encontra-se incipiente no Brasil. Vários professores de língua portuguesa não sabem como ensinar os seus alunos surdos incluídos nas escolas regulares. Os professores se deparam com alunos que necessitam de um ensino diferenciado, todavia esses profissionais de educação não tem o preparo e orientações prévias para atender esse público idiossincrático e acabam por usar a mesma metodologia para ensinar surdos e ouvintes (CRISTIANE, p.02).

Com professores não capacitados com o domínio da língua de sinais, os estudantes surdos não se desenvolverão bem. Isso é uma das causas que vem trazendo

dificuldades para o professor de língua portuguesa ao ministrar suas aulas para estudantes surdos. De acordo com QUADROS apud FARIAS; MENEZEZ, 2011:

Quanto ao professor e/ou educador especial que trabalha com aluno surdo e que não é usuário da língua de sinais, se o professor não se comunicar com seu aluno utilizando a língua de sinais, o processo estará completamente comprometido. (QUADROS apud FARIAS, 2011, p.132)

O professor ao entrar na sala de aula inclusiva se depara com vários estudantes com essa deficiência. E ao encontrar estudantes surdos, precisa ministrar suas aulas através da linguagem visual, no qual é a cultura dos estudantes surdos, para que os mesmos possam compreender, seguindo a aprendizagem dos ouvintes, através da linguagem de sinais.

Através da língua de sinais e da língua portuguesa o estudante surdo irá se desenvolver melhor dentro da sala de aula, como na sociedade, pois “ambas as línguas, sinalizada e falada, o surdo necessita dela para que haja um desenvolvimento competente” (FARIAS, MENEZES, 2011).

Para o mesmo autor, a língua de sinais serve para sua comunicação, seu desenvolvimento cognitivo e o português, na modalidade escrita, como função de instrução em nível escolar, para integra-se no mundo do trabalho e fazer valer seus direitos na sociedade ouvinte.

Assim tratando da língua portuguesa com estudantes surdos, cabe ao professor de língua Portuguesa, ensinar a construir textos, mostrando sua estrutura, para que quando estiverem em contato com situações em que vão se deparar com leituras de algum gênero textual souberem interpretar

É importante que os estudantes surdos tenham acesso a vários tipos de textos, assim como também a ensiná-los a produzir e a interpretá-los; e uma grande dica é que tenham acesso a textos relacionados à sua vida, e que estão sempre em seu cotidiano, “como, por exemplo, jornais, circulares da escola, receitas médicas, bulas de remédio, requerimento, etc.” (FARIAS MENEZES, 2011, p.125).

E através destes textos os professores de Língua portuguesa, mostrar para esses estudantes surdos suas utilidades, ou seja, “os diferentes” para quês “- resolver um problema prático, informa-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto”.

Sendo importante o professor ter acesso ao conhecimento de mundo do estudante surdo, procurar conhecer sobre o que o estudante já sabe, pois isso ajudará o educador a interpretar e compreender só pelo fato de ter presenciado certas situações que podem ser encontradas nos textos trabalhados em sala de aula. Segundo FARIAS; MENEZES, 2011:

O conhecimento de mundo é um dos principais fatores pedagógicos para todo o professor de surdos que pretende ensinar, quando o objetivo é a aprendizagem. Assim, o professor que pretende que o aluno construa conhecimento, por exemplo, não deve pensar só na informação que lhe vai oferecer, mas principalmente deve saber qual é o conhecimento de mundo que esse aluno tem. (FARIAS; MENEZES, 2011, p.125, 126)

Assim, a escola inclusiva deve dispor de profissionais na área de língua portuguesa para atender esses estudantes surdos, assim como professores que podem se tornar bilíngues, e no caso de não dominarem a língua de sinais deve haver a presença de um intérprete em sala de aula para ajudar os estudantes surdos nos conteúdos ministrados pelo professor de língua portuguesa.

O Professor de língua portuguesa precisa está ciente quanto ao processo de aprendizagem da segunda língua do estudante surdo, “a fim de que não caia no erro, como a maioria dos profissionais, em dizer que os textos escritos, por exemplo, de um aprendiz de segunda língua, são errados e confusos, Farias; Menezes (2011).

Mostrar aos estudantes surdos o valor que a língua portuguesa tem, para que se motivem a aprender sua segunda língua é fundamental. Além também de haver interação entre professor, aluno, intérprete de libras e o professor da sala de recursos. Pois a sala de recursos é um ambiente de Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma das inovações para a educação inclusiva, que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. (ROPOLI, 2010, p.17).

Assim, o AEE é ofertado preferencialmente na mesma escola em que o aluno está matriculado, em um horário diferente dos demais estudantes, na sala comum, caso a escola não tenha um local para se fazer a sala de recursos é preciso providenciarem outro ambiente para o AEE, pois os estudantes surdos não podem ficar sem esse local de apoio. ROPOLI, 2010:

No caso da inexistência de uma sala de recursos multifuncionais na escola, os alunos não podem ficar sem esse serviço, e o PPP deve prever o

atendimento dos alunos em outra escola mais próxima ou centro de atendimento educacional especializado, no contraturno do horário escolar. (ROPOLI, 2010, p.20,21).

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola publicado em abril de 2009 pela Secretaria de Educação Especial, “deve ser previsto a organização e recursos para o AEE: sala de recursos multifuncionais; matrícula do aluno no AEE; aquisição de equipamentos; indicação de professor para o AEE; articulação entre professores do AEE e os do ensino comum”. (ROPOLI, 2010, p.20)

O PPP vai nortear tanto o trabalho do professor da sala comum, como do AEE, monitorando quais materiais são especializados para o atendimento a esses estudantes surdos, “além das condições para manter, melhorar e ampliar o espaço da sala de recursos, equipamentos e suportes que forem indicados aos professores do AEE ao aluno.” (ROPOLI, (ROPOLI, 2010, p.21)

Assim, cabe a escola e aos professores propor metodologias que venham favorecer o aprendizado dos estudantes surdos, oportunizando esses estudantes a participarem das aulas junto aos ouvintes, e ao mesmo tempo ensinando o respeito com as diferenças na turma toda, pois muitas vezes esses estudantes surdos sofrem discriminação dentro da sala de aula tanto pelos colegas ouvintes como pelos próprios professores, por duvidarem das suas condições de aprendizagem.

METODOLOGIA:

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, segundo Marconi & Lakatos (2011), a pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornecendo análises mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

O método de abordagem foi Hipotético Dedutivo, esse método segundo Fonseca (2008) diz que é considerado lógico por excelência. Não se limitando à generalização empírica das observações realizadas, podendo-se chegar através dele, chegar à construção de leis e teorias, baseado em fatos supostos, que não darão uma veracidade a conclusão, mais sim uma possibilidade.

Os métodos de procedimentos da pesquisa foi o estudo de caso descritivo, segundo Prodanov & Freitas (2013) que consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo além de descrever o resultado da pesquisa. Utilizaremos a pesquisa de campo e observação, pois estivemos nos lócus da pesquisa para observar os estudantes surdos e a prática dos professores de língua portuguesa para melhor obtermos resultados da investigação da pesquisa realizada.

As Técnicas de pesquisa foi a observação e a investigação foi baseado em pesquisa bibliográfica. A primeira técnica é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles na sala de aula. (MANN, 1970). Foi utilizado a pesquisa bibliográfica e/ou fontes secundárias, pois abrangeu toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses etc., Oliveira (1999).

Os sujeitos da pesquisa serão os professores de língua portuguesa do ensino médio e estudantes surdos, dentro de uma escola estadual regular que funciona os três turnos com ensino médio e tem estudantes surdos incluídos.

O PROCESSO DE ENSINO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

A pesquisa foi realizada numa escola estadual cujo nome aqui será chamada de P.M.G.N, com três (03) estudantes surdos incluídos no Ensino Médio EJA. Sendo dois (02) do 2ºano, de iniciais A.C e L.B, e um (01) estudantes do 1ºano de iniciais T.B, com a prática da professora de língua Portuguesa de inicial C.

A pesquisa foi iniciada na turma dos dois estudantes surdos do 2º ano do Ensino Médio, A e L, no qual foi observado durante as aulas de Língua Portuguesa, a prática do professor com os estudantes surdos no Ensino da língua portuguesa. Além do mais foi perceptível que o educador não domina a língua de sinais, tornando-se difícil sua comunicação com estes dois (02) estudantes surdos, pois, segundo Farias e Menezes (2011), se o professor não se comunicar com a língua de sinais, o processo estará completamente comprometido.

Os dois estudantes têm acompanhamento de uma intérprete de libras, no qual é fundamental para o processo de aprendizagem dos estudantes surdos, principalmente pelo fato da professora não saber se comunicar através da LIBRAS. Segundo QUADROS apud FARIAS & MENEZES, 2011 diz que:

É necessário que tais profissionais, principalmente aqueles responsáveis pelo ensino da L2 – língua portuguesa – tenham, além da formação pedagógica, a formação para tornarem – se bilíngues (Libras e língua portuguesa). Sabe – se que tal processo envolve dedicação e tempo; portanto, para que isso não atrapalhe o andamento da proposta, sugere – se a presença de pessoas surdas é intérprete de Libras que podem intermediar as explicações do professor dos conteúdos escolares. (QUADROS apud FARIAS & MENEZES, 2011, p. 131).

A comunicação através da Libras, já vem sendo defendida há muito tempo como um meio que as pessoas surdas pudessem adquirir conhecimento, no qual “ em 360 a.C. Sócrates, declarou que era aceitável que os surdos comunicassem com as mãos e o corpo (Palma,2012,p.06).

Podemos então ver a fundamental importância da Libras, assim, como também o intérprete na sala de aula , para que haja aprendizagem do estudante surdo é a interação entre professor de Língua Portuguesa, estudantes surdos e ouvintes e intérprete.

Vimos que a intérprete era outra que foi contratada para trabalhar com os dois estudantes, pois a intérprete que antes trabalhava com os surdos precisou se ausentar por questão de saúde. No entanto, a nova intérprete tomou seu lugar para que não prejudicasse os estudantes surdos ou mesmo a professora de língua portuguesa, a qual informou sobre tais dificuldades; ou seja, se não houvesse um intérprete a professora não saberia trabalhar com esses estudantes, pois não haveria comunicação entre professor e estudante surdo. Mas a mesma disse pretender aprender a língua de sinais para que tais situações não ocorram mais à frente. Por isso, então, a importância de intérprete para com os estudantes surdos é fundamental em sala de aula, assim como o interesse da professora em aprender libras. Segundo FARIAS & MENEZES,2011:

A importância desses profissionais na construção do conhecimento pelo surdo. Professor e/ou educador especial, em se tratando de práticas educativas envolvendo alunos surdos, é importante salientar que o papel do professor e/ou educador especial é de fundamental importância para a aprendizagem por esses alunos, “ desde que eles tenham, além da formação pedagógica, a formação para se tornarem bilíngues (Libras e língua portuguesa). (QUADROS apud FARIAS & MENEZES ,2011, p. 132).

A professora C ao trabalhar com textos, elaborou atividades contendo a realidade dos estudantes, suas experiências com o mundo. Foi solicitado que fosse elaborado uma redação sobre a cidade de Maués, pois “a experiência ou qualquer outra atividade social em que o aluno esteja participando ativamente contribui muito para a aprendizagem da língua portuguesa escrita, por fazer os estudantes se desenvolverem como um todo (FARIAS & MENEZES,2011, p.128).

Conforme Farias & Menezes (2011), acredita -se que ao produzir um texto, a partir de uma prática social, torna-se uma atividade prazerosa e interessante, porque o educando insere nele tudo aquilo que conhece, por intermédio do que vê ou pensa. Com isso os textos que os estudantes surdos forem desenvolvendo trazem significados para eles, mostrando a importância da escrita na sua vida, assim como o desenvolvimento de sua aprendizagem e, vendo como aquilo que escreveu faz parte de sua vida, é o que podemos observar o estudante L.B que falou sobre Maués “terra boa de viver” no relato do texto suas experiências vivenciadas são retratadas, pois são textos que passam uma mensagem, mostram a realidade e o conhecimento de mundo do aluno.

Com isso a professora, entendeu a questão da escrita dos dois estudantes surdos quando escreviam textos sem preposição, compreendendo o processo de aprendizagem de estudantes surdos na língua portuguesa escrita. Segundo FARIAS & MENEZES ,2011:

O professor e/ou educador especial deve ter claro que o ensino da língua portuguesa, na modalidade escrita, é uma segunda língua para o aluno surdo, deve conhecer como se dá um processo de aprendizagem de segunda língua, a fim de não caia no erro, como a maioria dos profissionais, de dizer que os textos escritos, por exemplo de um aprendiz de segunda língua, são errados e confusos. (p.132).

A professora com a ajuda da intérprete, mostravam para os dois estudantes surdos sobre as preposições que precisariam ser acrescentadas na escrita, assim os estudantes surdos foram vendo a importância de aprender sua segunda língua, no qual é necessário mostrar-lhes o valor social que tem a língua escrita na sociedade.

A professora tentava interagir com os dois estudantes surdos, porém, pelo fato de não saber se comunicar com a língua de sinais, impedia um pouco a interação. Mas tendo a intérprete como meio de interação entre professor e estudante surdo, o ajudará bastante no seu desenvolvimento na língua portuguesa em sala de aula, “ por intermédio de um processo que envolve controle, negociação, compreensão e falhas na compreensão entre aluno e professor até que faça parte do conhecimento compartilhado na sala de aula”. (FARIAS & MENEZES, 2011, p.133).

Segundo Farias & Menezes (2011) pelo fato de os estudantes serem surdos, não quer dizer que a professora de língua portuguesa irá diminuir a qualidade de ensino e propor atividades mais simples, não a interação é importante para que haja um processo conjunto no processo de aprendizagem da língua portuguesa, com todos que estão envolvidos nesse processo. Uma das alternativas é que a professora incentive esses estudantes surdos a lerem os materiais a serem ministrados antecipadamente, para que os mesmos possam conseguir seguir suas aulas com menos dificuldades.

Um dos recursos importante para a aprendizagem desses dois estudantes surdos, que pelo fato “de o sujeito surdo receber toda e qualquer informação por meio da visão, é imprescindível que durante o processo de aprendizagem os recursos visuais estejam presentes, a fim de mediar esta aprendizagem. ” (FARIAS & MENEZES,2011, p. 133).

Segundo Farias & Menezes (2011), o professor trabalhando com recursos visual com os estudantes surdos, vai favorecer bastante sua aprendizagem além de conhecer vocábulos novos, e ser um meio para se fixar os conteúdos, irá trazer a esses estudantes o contato com o desconhecido, tornando um meio para maiores conhecimentos, pois assim como os ouvintes precisam escutar as palavras para poderem escrever, os surdos através de filmes, figuras, televisão, cartazes, etc., servem como um meio de informação, recordando a visualização do que teve acesso

O estudante surdo do 1º ano do Ensino Médio T. B, cursava o ensino fundamental na Zona Rural, e precisou vim para cidade para cursar o Ensino Médio, porém este estudante surpreendeu a todos, pois o mesmo ao chegar em sala de aula não sabia língua de sinais, muito menos a língua portuguesa, sua segunda língua; os únicos sinais que sabia fazer eram os sinais caseiros. Por esses motivos esse estudante foi incluído apenas na sala de recursos, com um profissional voltado para educação especial. Então tive acompanhado esse estudante e professor durante minha pesquisa de observação.

De início, podemos dizer o quanto esse estudante foi prejudicado quando estudava na Zona rural, primeiro pelo fato de não ter profissionais para trabalharem com ele, e isso é de lei, pois “ as instituições de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos”. (CARVALHO, 2014, p.73).

Assim como também segundo Carvalho (2014), a garantia de escolas bilíngues com profissionais capacitados para trabalharem com essa clientela, desde a educação infantil a educação profissional, mas infelizmente este estudante não teve seus direitos realizados na zona rural o que veio prejudicar sua aprendizagem no Ensino Médio. Ficando este estudante surdo, incluído apenas na sala de recursos multifuncional, AEE, no processo todo de alfabetização, para que o mesmo possa adquirir a língua de sinais, a língua portuguesa para assim ser incluído na sala de aula comum.

O professor do AEE, utilizava metodologias voltadas para o processo de alfabetização, pois este estudante não sabia escrever o próprio nome. O que é ideal a sala de recursos multifuncional garantir recursos para aprendizagem desses estudantes, como “ materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial, em turno contrário da escolarização. ” (ROPOLI,2010, p. 31).

Porém, a sala de recursos desta escola é improvisada na biblioteca, não tendo um local disponível para o atendimento educacional especializado, é o que deveria ter escola na perspectiva da inclusão um local para o atendimento ou assegurar um outro local próximo da escola, que iria ficar por conta do Projeto Político Pedagógico da escola, pois “ os alunos não podem ficar sem esse serviço, e o PPP deve prever o atendimento dos

alunos em outra escola mais próxima ou centro de atendimento educacional especializado , no contra turno do horário escolar.” (ROPOLI,2010, p. 20)

O professor da sala de recursos mostrou um projeto que queria aplicar na escola para ensinar alunos e professores libras como também mostrar o contexto histórico das pessoas surdas que muitos desconhecem, porém não o mesmo sabia se haveria retorno a favor de seu projeto por falta de apoio da própria gestão escolar, sendo que “ escreve-lo ou arquivá-los nos registros da escola só serve para acomodar a consciência dos que não têm um verdadeiro compromisso com uma escola de todos, por todos e para todos.” (ROPOLI,2010, p.11)

Com isso o professor vai está colaborando com um projeto de oportunidades, garantindo a inclusão, fazendo o professor um papel importante dentro da escola, de envolvimento de permanência de muitos estudantes, assim como o contato com as diferenças. Segundo ROPOLI, 2010:

O professor, portanto, ao contribuir para elaboração do PPP, bem como participar de sua execução no cotidiano da escola, tem a oportunidade de exercitar um ensino democrático, necessário para garantir acesso e permanência dos alunos na escola e para assegurar a inclusão, o ensino de qualidade e a consideração das diferenças nas salas de aula. Exercer esse papel como um dos mentores do PPP não é uma obrigação formal, mas um envolvimento pessoal do professor. (p.12).

Citando ainda Ropoli (2010), é importante que todos estejam envolvidos, para que haja uma iniciativa de um ensino de qualidade, pois provém de iniciativas que envolvem, professores, gestores, país e alunos e outros profissionais que compõem em uma rede educacional.

Com isso, a falta de competências de alguns educadores para trabalhar com estudantes surdos ou mesmo a falta da qualidade educacional, ainda são questões para serem resolvidas, como também a falta de recurso e apoio político, ainda é um desafio para os profissionais o conhecimento da língua de sinais, ficando muitas vezes vago a não interação entre professor e estudante surdo no processo de ensino e aprendizagem, levando em conta também a dificuldade do educador atender toda a demanda entre educando surdo e não surdo em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreendermos que a inclusão escolar é um direito de todos, onde as pessoas devem e podem se desenvolver juntas e aprender, o educador atende as necessidades específicas dos indivíduos surdos junto com os educandos ouvintes. A lei n 10.436 02 regulamenta a inclusão dos alunos surdos no contexto escolar, com direito a inclusão de libras como disciplina curricular na formação e certificação de professores instrutores e tradutores, ou seja, intérpretes de libras, tendo o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Observamos ainda, durante os estudos realizados, como os estudantes surdos no ensino médio apesar de existirem leis para a inclusão de alunos surdos no ensino regular, em que ditam professores capacitados para ensinar esses alunos, têm a perceber que muitos professores não estão preparados para ensinar e educar esses estudantes surdos incluídos na escola de ensino regular, uma vez que nem todos os professores conhecem a língua de sinais, causando uma defasagem no ensino e aprendizagem para com esses alunos.

Assim, consideramos que a pesquisa com estudantes surdos no ensino Médio de uma Escola Estadual do Município de Maués, mostra a realidade da inclusão nas escolas públicas, e percebemos que os estudantes surdos chegam no ensino médio desconhecendo todo o processo curricular que perpassa o sistema de ensino, especialmente no que refere a libras e a língua portuguesa.

Com isso, torna-se um local de inclusão e exclusão , pela escola não está preparada para atender essa demanda de estudantes surdos, considerando suas necessidades específicas, no qual é dever que todos tenham direito à uma educação de inclusão e participação de todos os envolvidos dentro da escola.

Quanto a prática pedagógica dos professores na respectiva Escola Estadual do município, tem profissionais que tentam conhecer melhor esse processo para trazer para sala de aula uma prática que atenda a questão linguística dos estudantes surdos, que é um dos maiores entraves para uma maior compreensão das ciências estudadas no ensino médio, porém muitas vezes por falta de apoios desde governos até a gestão escolar, faz com que muitas práticas pedagógicas não sejam desenvolvidas, rompendo a inclusão no

contexto do ensino regular inclusivo. Isso quebra o ciclo da relação que os ouvintes também desenvolvem no processo de ensino e aprendizagem, mesmo que os estudantes surdos sejam capazes de desenvolver a aquisição de habilidades para a vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

APARECIDA, Verônica Pinto Lima. **Inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação: uma questão lingüística**. Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Marina Marconi; MARIA, Eva Lakatos. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2010.

ALVES, Carla Barbosa. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez** / Carla Barbosa Alves, Josimario de Paula Ferreira, Mirlene Macedo Damásio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BEZERRA, Liliane da Silva. **Inclusão de alunos surdos na escola Municipal de Ensino Fundamental João Moreira Soares**.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3. Edição. Manaus: Editora valer, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** / Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Sumia, 2006.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania** / Edmarcius Carvalho Novaes – 2 educações. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014.

PALMA, Naiana de Oliveira. **Libras: instrumentos de inclusão escolar do aluno surdo**. São Joaquim, 2012. Disponível em: www.unidu.sed.sc.gov.br. Acesso dia 12 de fevereiro de 2019.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V.1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

TREVISAN, Patrícia Fantinel & Carregari, Júlio. **Construindo conhecimento em Educação Especial**. 2. edição – Manaus: Editora valer, 2011.